

HABEAS CORPUS Nº 501.869 - SP (2019/0092488-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **MARIANA STUART NOGUEIRA BRAGA E OUTROS**
ADVOGADOS : **MARIANA STUART NOGUEIRA BRAGA - SP257052**
 PEDRO LUÍS DE ALMEIDA CAMARGO - SP390349
 JANAINA CHELOTTI - SP392278
 ELOISA YANG - SP422564
IMPETRADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**
PACIENTE : **FABIO BAHJET FARES**

DECISÃO

Trata-se *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **FABIO BAHJET FARES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos de reclusão, em regime aberto, mais pagamento de 10 dias-multa, como incurso no art. 1º, I, da Lei n. 8.137/1990, tendo sido substituída a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Em sede recursal, o Tribunal de origem deu provimento ao apelo da acusação para redimensionar a sanção para 2 anos e 8 meses de reclusão e pagamento de 13 dias-multa, mantida no mais a sentença condenatória, tendo sido determinado, ainda, o início da execução provisória da pena.

Impetrado o HC n. 496.417/SP nesta Corte Superior, indeferir liminarmente o pleito, nos termos da Súmula 267/STJ e pela deficiente instrução do feito.

Neste *habeas corpus*, alega a impetrante que, diferentemente do aduzido naquele *writ*, esta impetração almeja discutir tema não tratado anteriormente, qual seja, a impossibilidade da execução provisória de penas restritivas de direitos.

Requer, assim, a concessão da ordem para que possa responder ao feito sem ter que iniciar o cumprimento das penas alternativas.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Sob tal contexto, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa, a fim de verificar a ocorrência de manifesta ilegalidade que autorize a concessão da ordem, de ofício.

O Tribunal de origem, ao dar provimento ao apelo ministerial, determinou a execução da pena restritiva de direitos imposta ao paciente, após o pleno exercício do duplo grau de jurisdição (e-STJ, fl. 98).

No entanto, a 3ª Seção do STJ, apacando divergência que existia entre a 5ª e a 6ª Turma acerca da matéria, pacificou nesta Corte, o entendimento de que não se procede à execução provisória de penas restritivas de direitos, conforme disposto no art. 147 da Lei de Execução Penal (ERESP 1.619.087/SC, Rel. p/ o acórdão o Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14.6.2017, DJe de 24.8.2017).

Sobre o tema, vem decidindo a Quinta Turma desta Corte:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Supremo Tribunal Federal, ao tratar sobre a execução provisória da pena, decidiu apenas acerca da privativa de liberdade, nada dispondo sobre as penas restritivas de direito.

2. Ademais, a Suprema Corte, ao tempo em que vigorava o entendimento de ser possível a execução provisória da pena, como agora, não a autorizava para as penas restritivas de direito (EDcl no AgRg no AREsp 688.225/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 28/09/2016).

3. Em suma, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal, as penas restritivas de direitos só podem ser executadas após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Precedentes do STF e do STJ.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.618.434/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

I - "A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal" (HC n.

126.292/SP, Tribunal Pleno, Rel. Ministro Teori Zavascki, DJe de 17/5/2016).

II - Antes da guinada jurisprudencial que o HC n. 84.078/MG, não permitindo execução provisória de pena privativa de liberdade, hoje superada pelo HC n. 126.292/SP, o Pretório Excelso, bem como este Tribunal Superior, já entendia que, no caso das penas restritivas de direitos, não cabia execução provisória antes do trânsito em julgado, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal (precedentes).

III - Assim, segundo entendimento assente na Quinta Turma deste Tribunal (AgRg no REsp n. 1.618.434/MG, AREsp n. 971.249/SP), é inadmissível a execução provisória de penas restritivas de direito.

Recurso provido para, reformando o v. acórdão recorrido, suspender a execução provisória das penas restritivas de direitos impostas ao paciente."

(RHC 80.384/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 07/04/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. No entanto, **concedo** a ordem, de ofício, a fim de suspender a execução provisória da pena alternativa aplicada ao paciente, até o trânsito em julgado da condenação.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

